

# SHANDIA

Nossa plataforma comum para facilitar o financiamento direto aos territórios dos povos indígenas e comunidades locais para ações que combatam as mudanças climáticas, conservem a biodiversidade e sustentem nossos direitos e desenvolvimento autodeterminado.



**Global  
Alliance**  
of Territorial  
Communities



# Sumário

QUEM SOMOS	2
POR QUE FUNDAMOS A SHANDIA	3
VISÃO E MISSÃO DA SHANDIA	7
FUNÇÕES DA SHANDIA	7
PRINCÍPIOS TRANSVERSAIS PARA AS OPERAÇÕES DA SHANDIA	8
PRINCÍPIOS DA SHANDIA PARA DOADORES, ALIADOS E ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS	9
ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO DA SHANDIA	10
FÓRUM SHANDIA	11
PROGRESSO 2023	11
ATIVIDADES FUTURAS 2023	16
ATIVIDADES PRIORITÁRIAS DOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO RELACIONADOS À SHANDIA	17



## QUEM SOMOS

A Aliança Global de Comunidades Territoriais (AGCT) é uma plataforma política de povos indígenas e comunidades locais de algumas das mais importantes florestas tropicais e subtropicais da África, Ásia e América Latina. Nossa Aliança representa 35 milhões de pessoas em 24 países, que defendem mais de 958 milhões de hectares de florestas.

Nossas cinco organizações membros são:

1. Aliansi Masyarakat Adat Nusantara (AMAN), a Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago Indonésio, que representa uma população de mais de 20 milhões de pessoas.
2. Alianza Mesoamericana de Pueblos y Bosques (AMPB), a Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas, composta por 10 organizações membros de povos indígenas e comunidades locais de 6 países da região.
3. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil, criada por 07 organizações regionais que atuam em todo território brasileiro.
4. Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), a Coordinadora dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica, que compreende as federações regionais de 9 países amazônicos.
5. O Réseau des Populations Autochtones et Locales pour la Gestion Durable des Ecosystemes Forestiers d'Afrique Centrale (REPALEAC), a Plataforma de Populações Indígenas e Locais para a Gestão Sustentável dos Ecossistemas Florestais da África Central, representando povos indígenas e comunidades locais em 8 países da Bacia do Congo.

Gráfico 1: Os territórios da Aliança Mundial das Comunidades Territoriais e as suas organizações membros.





Trabalhamos juntos nos últimos 8 anos, com a missão coletiva de ser uma voz única na luta pelos direitos coletivos de nossos povos e comunidades, pelo reconhecimento legal de nossos territórios, pela proteção da Mãe Terra e de todos os seres humanos e pelo combate às causas das mudanças climáticas. Paralelamente, aumentamos as capacidades de nossas organizações membros para melhor proteger nossos territórios e garantir o pleno exercício de nossas culturas e meios de subsistência.

## **POR QUE FUNDAMOS A SHANDIA**

Em 2022, a AGCT lançou a Shandia como nossa plataforma comum para facilitar o financiamento direto aos territórios dos povos indígenas e comunidades locais para ações que combatam as mudanças climáticas, conservem a biodiversidade e sustentem nossos direitos e desenvolvimento autodeterminado. Os fatores que levaram a essa decisão são descritos resumidamente a seguir:

Atualmente, o mundo está enfrentando uma convergência de crises, incluindo mudanças climáticas irreversíveis, colapso acelerado da biodiversidade, violações dos direitos humanos e aumento das desigualdades. Esses desafios têm implicações profundas para a saúde do nosso planeta e para o bem-estar e o futuro da humanidade.

Em nossos territórios, essas crises entrelaçadas se refletem no aumento da pressão sobre nossas terras, territórios, recursos naturais e estruturas sociais, resultando em degradação ambiental, poluição, apropriação de terras, deslocamentos forçados, ataques a defensores do meio ambiente e dos direitos humanos, pobreza e emigração de jovens, entre outros. Nossos povos e comunidades estão entre os grupos mais marginalizados e empobrecidos de nossas respectivas sociedades. Notavelmente, embora os povos indígenas compreendam apenas 6,2% da população global, somos responsáveis por incríveis 18,7% dos extremamente pobres<sup>1</sup> 3.

O impacto cumulativo em nossas terras, territórios e recursos naturais dificulta cada vez mais a manutenção de nossas práticas tradicionais de gestão sustentável e sistemas de governança, bem como a transmissão de conhecimentos, práticas e inovações tradicionais para as gerações futuras.

No entanto, nossos povos e comunidades continuam sendo os protetores e guardiões de vastos territórios tradicionais, que abrigam muitas das florestas remanescentes e ecossistemas intactos do mundo e desempenham um papel vital no sequestro de carbono e na biodiversidade. Por

---

<sup>1</sup> OIT, 2019: *Implementing the ILO Indigenous and Tribal Peoples Convention No. 169: towards an inclusive, sustainable and just future*, p. 13. Disponível [aqui](#)



exemplo, estima-se que 36% das florestas intactas remanescentes do mundo e pelo menos 24% do carbono acima do solo nas florestas tropicais encontram-se nos territórios dos povos indígenas. As taxas de desmatamento em terras onde os povos indígenas têm direitos de posse plena são significativamente menores do que em áreas fora do nosso controle<sup>2</sup>. Portanto, somos parceiros essenciais no combate às mudanças climáticas, na conservação da biodiversidade e na garantia do desenvolvimento sustentável, e capacitar nossos povos e comunidades não é apenas uma questão de justiça e equidade, mas também um imperativo estratégico.

A sociedade global está mobilizando recursos para alcançar a Agenda 2030, o Acordo de Paris e a Acordo Global de Biodiversidade. No entanto, embora nosso papel seja fundamental, enfrentamos obstáculos significativos no acesso a financiamento para iniciativas em nossos territórios.

Não há um acompanhamento sistemático, mas a Rainforest Foundation Norway estima que o financiamento dos direitos de posse e do manejo florestal dos povos indígenas e das comunidades locais correspondeu a menos de 1% da ajuda internacional para o desenvolvimento climático de 2011 a 2020<sup>3</sup>. Além disso, apenas uma pequena fração dos fundos é alocada diretamente para organizações lideradas por povos indígenas ou comunidades locais. Uma pesquisa entre 75 grandes organizações de povos indígenas, redes nacionais e regionais e mecanismos de financiamento da África, Ásia e América Latina em 2022 revelou que apenas 6 delas tinham um orçamento superior a 1 milhão por ano<sup>4</sup>. De acordo com o Compromisso de Posse Florestal<sup>5</sup> de 2021, que visa explicitamente aumentar o apoio direto aos povos indígenas e às comunidades locais, apenas 7% do financiamento desembolsado até o momento foi alocado diretamente a uma organização liderada por nossos povos ou comunidades<sup>6</sup>.

A maioria dos fundos destinados a povos indígenas e comunidades locais é canalizada por meio de agências multilaterais, governos, ONGs internacionais e outros chamados "intermediários". Por exemplo, no âmbito do Forest Tenure Pledge de 2021, cerca de 50% do financiamento total é canalizado por meio de ONGs internacionais. Uma análise dos projetos financiados pela Noruega de 2021 a 2023 com uma finalidade relacionada ao Compromisso revelou apenas um projeto em que o financiamento foi diretamente para uma organização indígena, constituindo 0,19% do orçamento analisado<sup>7</sup>.

Os custos de transação dessa abordagem indireta de financiamento não são conhecidos, mas, como Aliança Global de Comunidades Territoriais, podemos afirmar que nossas organizações e

---

<sup>2</sup> Veja os dados do [World Resources Institute](#)

<sup>3</sup> Rainforest Foundation Norway, 2021: *Falling Short*. Disponível [aqui](#)

<sup>4</sup> Charapa 2022: *Direcionando fundos para direitos*, p. 31. Disponível [aqui](#)

<sup>5</sup> Consulte o Relatório Anual do Grupo de Financiadores de Posse de Floresta 2021-22, p. 9. Disponível [aqui](#)

<sup>6</sup> Consulte o relatório anual 2021-22 do Forest Tenure Funders Group, p. 9. Disponível [aqui](#)

<sup>7</sup> Coleta de dados do AGCT/Shandia 2023, publicação em breve.



---

comunidades permanecem subfinanciadas em meio às crises entrelaçadas que estamos enfrentando.

Além disso, quando o financiamento está disponível, ele geralmente é de curto prazo, competitivo e imprevisível, orientado pela oferta e não alinhado às nossas prioridades autodeterminadas. Em muitos casos, o financiamento está sujeito a regras e procedimentos complexos que, muitas vezes, são proibitivos para as nossas organizações e não favorecem a transparência e a responsabilidade perante as comunidades.

Os doadores tendem a desconhecer a capacidade organizacional de nossas organizações, e muitas vezes somos deixados de fora do diálogo entre os doadores e as chamadas organizações intermediárias. Dessa forma, nossos direitos fundamentais à participação na tomada de decisões e ao consentimento livre, prévio e informado não são respeitados. Isso tem implicações negativas para a autodeterminação, a propriedade institucional, a capacidade e a capacitação de nossas organizações e comunidades.

Agradecemos os esforços dos doadores, aliados estratégicos e organizações parceiras que trabalharam conosco nos últimos anos para mudar essa situação. Por exemplo, o Compromisso de Posse Florestal de 2021 vem com o compromisso de mudar as práticas atuais dos doadores e aumentar significativamente o financiamento direto, inclusive por meio do envolvimento e investimento em mecanismos de financiamento liderados por povos indígenas e comunidades locais<sup>8</sup>. Também notamos um maior diálogo e apoio de nossos aliados estratégicos para fortalecer o alcance e a defesa de direitos e envolver os tomadores de decisão.

Em nossa própria aliança e redes, estamos trabalhando arduamente para fortalecer nossas capacidades institucionais e estabelecer os mecanismos de financiamento territorial que canalizarão efetivamente o financiamento necessário para nossos territórios e comunidades.

No entanto, como também reconhecido pelos doadores, o ritmo da mudança pode ser frustrantemente lento<sup>9</sup>, e ainda não vimos a mudança transformadora necessária nos padrões de financiamento que correspondam à urgência das crises que estamos enfrentando.

A criação da Shandia é a nossa resposta a essa situação. Shandia é nossa plataforma comum para facilitar o financiamento direto aos territórios dos povos indígenas e comunidades locais para ações que combatam as mudanças climáticas, conservem a biodiversidade e sustentem nossos direitos e desenvolvimento autodeterminado.

---

<sup>8</sup> Consulte o relatório anual 2021-22 do Forest Tenure Funders Group, p. 10. Disponível [aqui](#)

<sup>9</sup> Ibid



## **VISÃO E MISSÃO DA SHANDIA**

A Shandia foi criada pela Aliança Global de Comunidades Territoriais como nossa plataforma comum para facilitar o financiamento direto aos territórios de povos indígenas e comunidades locais.

- A visão da Shandia é que os povos indígenas e as comunidades locais tenham acesso a financiamento direto para ações que combatam as mudanças climáticas, conservem a biodiversidade e sustentem nossos direitos e o desenvolvimento autodeterminado em nossos territórios, com base na identidade e no conhecimento tradicional.
- Shandia é nossa plataforma comum para promover e facilitar o financiamento direto, previsível, eficaz e sustentável para nossos povos e comunidades por meio do estabelecimento de mecanismos regionais e nacionais de financiamento direto, capacitação, troca de experiências e diálogo aprimorado com doadores e parceiros.

## **FUNÇÕES DA SHANDIA**

Como nossa plataforma comum, a Shandia terá várias funções que fortalecerão nossos esforços individuais e coletivos para garantir o financiamento direto aos nossos territórios. A Shandia irá:

- Apoiar nossos povos, comunidades e organizações no desenvolvimento de estratégias de financiamento territorial de longo prazo que reflitam suas necessidades e aspirações e estabeleçam prioridades claras para o financiamento.
- Fortalecer as capacidades institucionais de nossos povos, comunidades e organizações para acessar e gerenciar financiamentos.
- Apoiar o estabelecimento e o fortalecimento de mecanismos de financiamento territorial governados por nossos povos, comunidades e organizações.
- Facilitar um diálogo estratégico e contínuo com os doadores para aumentar e melhorar o financiamento para nossos povos, comunidades e organizações.
- Facilitar o fluxo de fundos para os mecanismos regionais e nacionais de financiamento territorial governados por nossos povos, comunidades e organizações.
- Apoiar os processos de capacitação dos mecanismos de financiamento territorial em nível nacional e/ou regional.
- Trocar experiências e boas práticas para garantir a transparência, a responsabilidade, a flexibilidade, a inclusão e a sustentabilidade.
- Desenvolver princípios e orientações para que doadores, aliados e organizações parceiras que trabalham conosco sigam uma abordagem baseada em direitos para o financiamento e a colaboração com nossos povos e comunidades.



- Desenvolver sistemas e procedimentos simples de relatório, contabilidade, monitoramento e avaliação que possam ser usados e adaptados por nossas instituições, bem como por doadores, aliados e organizações parceiras.
- Estabelecer regras e protocolos claros para ação, comunicação e coordenação com os mecanismos de financiamento territorial estabelecidos por nossos povos, comunidades e organizações (reconhecendo as posições dos mecanismos e os territórios onde eles operam).
- Monitorar o status e as tendências do financiamento alocado e recebido por nossos povos e comunidades.
- Ajudar a coordenar um sistema de monitoramento dos impactos do financiamento em nossos territórios, biodiversidade, direitos e vidas.
- Documentar e disseminar nossas experiências como fonte de inspiração para o movimento global de povos indígenas e comunidades locais.

## **PRINCÍPIOS TRANSVERSAIS PARA AS OPERAÇÕES DA SHANDIA**

Em todas as ações e atividades da Shandia, nós aderimos aos seguintes princípios:

- Liderança inclusiva e legítima, composta por representantes escolhidos livremente por nossos povos, comunidades, por meio dos mecanismos tradicionais de eleição democrática e renovação da liderança de cada território.
- Transparência e responsabilidade para com nossos povos e comunidades, de forma contextualizada às realidades territoriais.
- Participação plena e efetiva de mulheres, jovens, pessoas com deficiência e outros setores de nossos povos e comunidades.
- Solidariedade e priorização dos mais necessitados.
- Respeito e integração do conhecimento tradicional, inovações e práticas em todas as atividades.
- Consideração da sustentabilidade econômica, social e ambiental de todas as atividades.
- Respeito e reconhecimento da autonomia dos fundos territoriais regionais e nacionais como garantidores da sustentabilidade.
- Desenvolvimento de capacidades locais desde o início.
- Promoção da maneira mais ágil e direta de tomada de decisões e canalização de fundos (os princípios de subsidiariedade).



## PRINCÍPIOS DA SHANDIA PARA DOADORES, ALIADOS E ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Em nossa colaboração com doadores, aliados e organizações parceiras, promoveremos os seguintes princípios:

### Reconhecer-nos como detentores de direitos:

- **Respeito:** reconhecimento de nossos povos e comunidades como detentores de direitos, com direitos previstos em leis internacionais, regionais e nacionais.
- **Participação:** participação plena e efetiva de nossas instituições representativas em quaisquer decisões que nos afetem, defendendo o direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado.
- **Operacionalização:** políticas e procedimentos institucionais para garantir que nossos direitos sejam mantidos e fortalecidos por meio da colaboração.

### Fortalecer nossas parcerias:

- **Reconhecimento:** reconhecer nossos povos e comunidades como guardiões, atores e parceiros essenciais para combater as mudanças climáticas, conservar a biodiversidade e alcançar o desenvolvimento sustentável.
- **Confiança e troca de experiências:** aprofundar os diálogos em nível global, regional e nacional, juntamente com a capacitação e o aprendizado mútuos.
- **Sensibilidade cultural:** respeitar os diversos idiomas, processos de tomada de decisão, expressões culturais e noções de tempo, reciprocidade e agradecimento.
- **Valores comuns:** garantir que as fontes de recursos respeitem a diversidade sociocultural, sigam princípios de sustentabilidade e respeitem os direitos humanos.
- **Coordenação com fundos regionais e nacionais de financiamento territorial:** respeitando, articulando e apoiando as prioridades de cada região.

### Apoiar nossas próprias prioridades e aspirações:

- **Autodeterminação:** respeito pelas prioridades, estratégias e processos decisórios autodeterminados de nossos povos e comunidades.
- **Alinhamento:** que sejam levadas em consideração nossas prioridades, estratégias, instituições e sistemas para a implementação de atividades.
- **Flexibilidade:** possibilidade de se ajustar às mudanças nas circunstâncias políticas, sociais e ambientais e de responder às emergências.



### **Simplificar os procedimentos:**

- **Simplificação:** adaptação de requisitos, formatos, sistemas e procedimentos burocráticos para o contexto de nossos povos, comunidades e organizações.
- **Harmonização:** coordenação, compartilhamento de informações e adoção de requisitos, formatos, sistemas e procedimentos comuns para evitar duplicação, concorrência e estresse institucional.
- **Responsabilidade mútua:** sistemas de relatório, contabilidade, monitoramento e avaliação que garantam a prestação de contas tanto para os doadores quanto para nossos povos e comunidades.

### **Aumentar a sustentabilidade:**

- **Previsibilidade:** garantir o suporte básico de longo prazo para nossas instituições de governança e sistemas de gestão.
- **Alavancagem:** ajudar a mobilizar apoio e recursos adicionais, inclusive de fontes domésticas e privadas.

## **ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO DA SHANDIA**

A Shandia opera sob a direção estratégica do Conselho de Liderança da AGCT.

Um coordenador global de Shandia será contratado dentro da Secretaria da AGCT para liderar a implementação do plano estratégico de Shandia. Em seu trabalho diário, o Coordenador de Shandia se reportará ao Secretário Executivo e aos Co-Presidentes da AGCT.

Para garantir a comunicação e a coordenação da Shandia, a liderança de cada membro da AGCT indicará um ponto focal com a Shandia de dentro de sua organização ou de seu respectivo mecanismo de financiamento territorial.

O Coordenador de Shandia, em estreita coordenação e colaboração com os pontos focais, preparará um plano estratégico de três anos e um orçamento indicativo para consideração e aprovação pelo Conselho de Liderança da AGCT. Com base no Plano Estratégico aprovado, o Coordenador de Shandia preparará planos de trabalho e orçamentos anuais, a serem aprovados e supervisionados pelo Secretário Executivo e pelos Co-Presidentes da AGCT. O coordenador da Shandia preparará relatórios anuais, que serão apresentados ao Conselho de Liderança da AGCT e também compartilhados publicamente.

A Shandia não será um mecanismo de transferência de fundos para mecanismos regionais e nacionais, mas administrará os fundos necessários para suas próprias operações de acordo com as estruturas de governança descritas acima. Inicialmente, Shandia utilizará um patrocinador fiscal



com experiência comprovada de mecanismos de fundos e estratégias de captação global, selecionado pelo Conselho de Liderança da AGCT entre os membros da AGCT, os mecanismos de financiamento territorial estabelecidos por seus membros ou aliados próximos.

## **FÓRUM SHANDIA**

Shandia organizará anualmente um Fórum global de Shandia, que reunirá representantes das organizações membros da AGCT e seus respectivos mecanismos seus respectivos mecanismos regionais e nacionais de financiamento territoriais, fundos territoriais semelhantes estabelecidos por povos indígenas e comunidades locais, juntamente com os principais doadores, aliados estratégicos e pessoas capacitadas. Para economizar recursos, o Fórum de Shandia será organizado em conjunto com outros eventos que reúnem muitos dos principais atores, como a reunião anual do Fórum/Liderança da AGCT ou a Semana do Clima de Nova York.

O Fórum Global Shandia analisará o progresso no avanço do financiamento territorial direto para as várias regiões e países; identificará barreiras, boas práticas e lições aprendidas para aumentar o financiamento territorial direto; acordará sobre procedimentos e formatos simplificados para garantir a prestação de contas; identificará lacunas, prioridades e oportunidades de financiamento; promoverá a troca de experiências com o monitoramento do impacto e criará um espaço para capacitação e aprendizado mútuos.

Em colaboração com os mecanismos de financiamento territoriais nacionais e regionais, a Shandia também pode organizar fóruns regionais ou nacionais de doadores. O objetivo dos fóruns regionais ou nacionais é compartilhar as lições aprendidas e acompanhar o alcance das realizações e dos impactos da implementação dos mecanismos de financiamento direto, levando em conta as questões específicas, as sensibilidades culturais e os desafios de cada região e país.

## **PROGRESSO 2023**

Até o momento, 2023 tem sido um ano movimentado para a operacionalização da Shandia, tanto em suas funções globais quanto em seu apoio ao estabelecimento de mecanismos de financiamento territorial por seus membros. As principais realizações incluem:

### **Consolidação da Shandia:**

- A AGCT consolidou a plataforma Shandia, com base na coleta e análise de dados, consultas internas, discussão e finalização de documentos constitutivos<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Obtenha mais informações no site [da AGCT](#)



## Coleta de dados

- Shandia compilou dados sobre os atuais fluxos de financiamento para os países e membros da AGCT, dados de aliados e organizações que colaboram com povos indígenas e comunidades locais e uma visão geral das experiências de mecanismos de financiamento liderados por povos indígenas e comunidades locais.
- A AGCT está explorando diferentes abordagens e metodologias para garantir a coleta contínua de dados, o rastreamento e o monitoramento de fundos em nossos países e comunidades.

## Estabelecimento e fortalecimento de mecanismos de financiamento:

### Aliansi Masyarakat Adat Nusantara

- Em maio de 2023, a AMAN lançou o Fundo Nusantara, que é um mecanismo exclusivo para fornecer financiamento direto a comunidades indígenas em toda a Indonésia<sup>11</sup>. A ideia de estabelecer esse mecanismo foi concebida em meados de 2021 pela AMAN, KPA (Agrarian Reform Consortium) e WALHI (Friends of the Earth Indonesia), as três maiores organizações populares da Indonésia. Cada organização tem mecanismos internos de financiamento direto para apoiar os povos indígenas e as comunidades locais que são membros de suas respectivas organizações.

Imagem 1: Lançamento do Fundo Nusantara, fotografia de TINTA.



<sup>11</sup> Veja mais no site do Nusantara Fund ([nusantarafund.org](https://nusantarafund.org))



A AMAN, a KPA e a WALHI perceberam que, unindo forças para criar um mecanismo conjunto de financiamento direto, seria uma força para acelerar a mudança em nível local e fornecer uma contribuição maior para a redução das emissões globais. Ao mesmo tempo, a criação do Fundo Nusantara também tem o objetivo de destacar que o financiamento direto para povos indígenas e comunidades locais é possível. A fase de preparação levou cerca de dois anos, incluindo processos de consulta com povos indígenas e comunidades locais, finalização do Manual de Diretrizes Operacionais, introdução da ideia em nível global, fase de teste do mecanismo em 30 comunidades e obtenção de legalidade. Finalmente, em 8 de maio de 2023, o Fundo Nusantara foi lançado em Jacarta, Indonésia.

- Em conexão com o lançamento do Fundo Nusantara, a AMAN também organizou um intercâmbio global de mecanismos de financiamento liderados por povos indígenas e comunidades locais. O intercâmbio foi facilitado pela Spring Strategies. O objetivo do intercâmbio foi fortalecer a comunidade global de fundos liderados por povos indígenas e comunidades locais e aumentar seu impacto nas comunidades por meio de intercâmbio, aprendizado cruzado e apoio mútuo. O intercâmbio de três dias, financiado pela Fundação Ford, envolveu o Fundo Podáli, o Fundo Territorial Mesoamericano (FTM), o Fundo FIMI/AYNI (Fundo das Mulheres Indígenas), o Fundo Babaçu, o Fundo Nusantara, o Fundo de Solidariedade aos Povos Indígenas da Ásia (IPAS), o Fundo Pawanka, o Fundo Internacional de Posse de Terra e Floresta e o Shandia. O intercâmbio discutiu questões relacionadas a requisitos de conformidade, cenário de financiamento e sustentabilidade financeira, governança, responsabilidade e concessão de subsídios, fortalecimento institucional, envolvimento coletivo e próximas etapas.
- A AMAN também contribuiu para a criação do Indigenous Peoples of Asia Solidarity Fund (Fundo de Solidariedade aos Povos Indígenas da Ásia), um mecanismo regional que visa fornecer financiamento direto aos povos indígenas em 14 países da Ásia. A AMAN está atuando como patrocinadora fiscal do IPAS enquanto ele passa por seu processo de registro legal e desenvolvimento institucional.

#### **A Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas (AMPB):**

- A AMPB continua a fortalecer e consolidar o Fundo Territorial Mesoamericano (FTM), consolidando suas estruturas gerenciais e operacionais e expandindo seu alcance para os povos indígenas, comunidades locais e suas organizações membros e não membros. As conquistas recentes incluem a expansão de seu portfólio de fundos sob gestão, a garantia de 8 projetos apoiados pela Climate and Land Use Alliance (CLUA), a abertura da terceira chamada de propostas em 2023 para investir em territórios indígenas e comunidades locais por um valor de US\$ 1 milhão e a expansão do alcance do FTM para além dos membros da AMPB<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Veja mais no [site da AMPB](#)

- A AMBP liderou a primeira Semana Mesoamericana do Clima, realizada na Cidade do Panamá de 13 a 16 de junho de 2023, para divulgar e destacar as experiências territoriais dos Povos Indígenas e Comunidades Locais no manejo, cuidado e conservação das florestas<sup>13</sup>. Os mais de 200 participantes discutiram a importância e as perspectivas de financiamento territorial direto e concluíram que o FTM é um mecanismo eficaz de investimento direto em seus territórios. Eles também destacaram a necessidade de pré-investimentos para fortalecer as capacidades locais na formulação de projetos, monitoramento e documentação de atividades. Os exercícios de financiamento também devem reconhecer a contrapartida e o escopo das ações locais que estão sendo realizadas para fortalecer a sustentabilidade e a governança.



Imagem 2: A Semana Mesoamericana do Clima reuniu 200 participantes no Panamá, fotografia de AMPB.

- **A APIB** iniciou um processo interno de reflexão política e estratégica com suas organizações de base a respeito da criação de um fundo nacional dos povos indígenas do Brasil.

---

<sup>13</sup> Saiba mais sobre a Semana [do Clima da AMPB](#)



Imagem 3: Povos indígenas se reúnem durante o Acampamento Terra Livre (ATL) em Brasília fotografia de Giulianne Martins.

O intuito inicial é criar um mecanismo para garantir a autonomia do movimento indígena na luta e incidência pelos seus direitos, dentre outros objetivos a serem formulados em processo consultivo. A proposta é que esse mecanismo de financiamento faça parte de um ecossistema de fundos atuando em nível nacional e em articulação com os fundos regionais, locais e comunitários. Assim, o processo de reflexão sobre a constituição de um fundo nacional dos povos indígenas tem também por intuito apoiar e fomentar a implementação de fundos nos diversos níveis.

- **A REPALEAC** adotou seu plano estratégico geral<sup>14</sup> até 2025, que visa melhorar a inclusão e a participação dos povos indígenas e das comunidades locais nas políticas ambientais, econômicas, sociais e culturais em pelo menos 8 países da Bacia do Congo. Em maio de 2023, em colaboração com a Rights and Resources Initiative (RRI), a REPALEAC organizou o primeiro fórum sub-regional de mulheres indígenas da Bacia do Congo<sup>15</sup>. Tanto o desenvolvimento da estratégia quanto o fórum sub-regional são passos importantes para o estabelecimento de um mecanismo de financiamento sub-regional para a Bacia do Congo que financiará diretamente os territórios. A próxima etapa é a organização de um workshop em outubro de 2023, para discutir a estrutura de governança e as características operacionais do fundo.

<sup>14</sup> Veja [o Plano Estratégico da REPALEAC](#)

<sup>15</sup> Veja: [Relatório do Fórum Sub-Regional](#)



Imagem 4: O Primeiro Fórum Sub-Regional das Mulheres Indígenas e das Comunidades Locais da África Central e da Bacia do Congo, fotografia de Victoire Douniama.

## ATIVIDADES FUTURAS 2023

- O Conselho de liderança do GATC estará presente na Semana do Clima de Nova York em **setembro** e informará sobre o progresso na consolidação da plataforma Shandia.
- Os membros da AGCT iniciarão um processo interno entre seus membros e redes regionais e nacionais para se comunicarem sobre a consolidação e operacionalização de Shandia, e coletarão contribuições e recomendações para o plano estratégico de Shandia.
- A AGCT co-organizará um workshop em Paris, em novembro, para promover uma ampla discussão sobre o monitoramento de fundos para povos indígenas e comunidades locais em instituições-chave dentro do sistema global de estatísticas de financiamento do desenvolvimento, como a OECD-DAC.
- A AGCT/Shandia apresentará os resultados consolidados de nosso trabalho na COP 28, em dezembro de 2023, e buscará um diálogo aprofundado com doadores e aliados sobre como aumentar significativamente o financiamento direto para povos indígenas e comunidades locais nos dois anos restantes do Compromisso de Posse Florestal , lançado na COP 26.
- Participação na Assembleia do GEF 7 em Vancouver, de 21 a 25 de agosto de 2023, para o lançamento do fundo global de biodiversidade.



## **ATIVIDADES PRIORITÁRIAS DOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO RELACIONADOS À SHANDIA**

As prioridades de financiamento variam de acordo com o contexto e também podem mudar com o tempo, à medida que algumas aspirações são atendidas e novos desafios surgem. Entretanto, as atividades estratégicas identificadas como prioridades-chave em todas as regiões incluem:

### **Reconhecimento e consolidação de direitos**

- Políticas públicas, defesa e diálogos para promover os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais;
- Mapeamento de terras e recursos naturais e reconhecimento legal;
- Apoio jurídico aos defensores dos direitos humanos e do ambiente e às mulheres para pôr fim às violações dos direitos humanos;
- Apoio jurídico e econômico às vítimas da militarização;
- Conscientização e defesa da implementação do Consentimento Livre, Prévio e Informado.

### **Tomada de decisões com base na comunidade e desenvolvimento de capacidades**

- Fortalecimento das organizações e instituições tradicionais de povos indígenas e comunidades locais em nível local, subnacional, nacional e regional, incluindo a capacitação em defesa de direitos, liderança, tomada de decisões e gerenciamento financeiro, administrativo, de projetos e de recursos;
- Capacitação de mulheres/jovens/pessoas com deficiência sobre as habilidades necessárias para se adaptar aos impactos das mudanças climáticas;
- Conscientização e educação sobre o clima em nível comunitário;
- Capacitação para negociação e diplomacia relacionadas ao meio ambiente e ao clima.

### **Gerenciamento de territórios**

- Planejamento espacial com base na comunidade, bem como gestão territorial, de uso da terra e de recursos naturais;
- Reabilitação de terras e territórios, incluindo reflorestamento e restauração ambiental
- Conservação e gerenciamento de água;
- Gerenciamento da zona costeira, incluindo o plantio de mangues.

### **Economias e energia**

- Economia local sustentável e ecologicamente correta;
- Energia renovável comunitária e transferência de tecnologia para combater as mudanças climáticas;
- Soberania alimentar;



- 
- Desenvolvimento de atividades bioculturais e da economia verde.

### **Sistema de alerta e resposta a emergências**

- Redução de riscos de desastres e gerenciamento de riscos, incluindo sistemas de alerta precoce e resposta a desastres;
- Prevenção de migração por mudança climática e apoio a refugiados climáticos;
- Programas de saúde (para novas doenças) que integram e promovem o conhecimento tradicional e local.

### **Identidade cultural e conhecimento tradicional**

- Documentação de conhecimento tradicional, inovação e tecnologias;
- Proteção e promoção do patrimônio cultural, do conhecimento tradicional e dos idiomas.